



ACÓRDÃO Nº 944/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 2302/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos de Manaus-SEMULSP.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Sr. José Aparecido dos Santos, Secretário de Estado, à época.
- 6- **Advogado:** Dra. Cristina Helena de Oliveira Vila – OAB/AM nº 10.841 e Dra. Suelen Guedes Barbosa OAB/AM nº 6.533.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 329/2017-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 6213/6222).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos de Manaus-SEMULSP. Exercício de 2012.

Irregularidade. Alcance. Multa. Prazo. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, por **unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** as Contas do **Sr. José Aparecido dos Santos**, Secretário e Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos de Manaus - SEMULSP, referente ao exercício de 2012, em razão das irregularidades dos itens 1, 2 e 3 da Proposta de Voto;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. José Aparecido dos Santos**, no valor de **R\$ 5.762.263,49 (Cinco milhões, setecentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e três reais e quarenta e nove centavos)**, em virtude de superfaturamento no contrato de prestação de serviços, apontado pela DICOP e fundamentado no item 1.1, da Proposta de Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão



ACÓRDÃO Nº 944/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Prefeitura Municipal de Manaus - PMM. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**;

- 10.3. Considerar em Alcance** de maneira solidária, no valor de **R\$ 5.762.263,49 (Cinco milhões, Setecentos e sessenta e dois mil, Duzentos e sessenta e três reais e Quarenta e nove centavos)**, o **Sr. Dionízio Maia Bezerra** (autor do projeto básico e fiscal do contrato), **Sra. Fabiola Campelo Spinellis** (fiscal do contrato) e a empresa Conserge Serviços Ltda. (contratada), pelos motivos constantes do item 1.1, da Proposta de Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manaus - PMM. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**;
- 10.4. Aplicar Multa** ao **Sr. José Aparecido dos Santos**, Secretário, à época, no valor de **R\$ 43.000,00 (Quarenta e três mil reais)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, pelas impropriedades discriminadas nos itens 1.1, 1.2, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.7, 2.8, 3.1, 3.3, da Proposta de Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**;
- 10.5. Aplicar Multa** ao **Sr. Dionízio Maia Bezerra** (autor do projeto básico e fiscal do contrato) e a **Sra. Fabiola Campelo Spinellis** (fiscal do contrato), no valor de **R\$ 8.768,25 (Oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, pelas impropriedades de itens 1.1 e 1.2, que devem ser recolhidos na esfera Estadual, para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**;
- 10.6. Aplicar Multa** ao **Sr. Eduardo Ermínio Saraiva** (fiscal do contrato), no valor de **R\$ 8.768,25 (Oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, pelas impropriedades do item 1.2, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**;
- 10.7. Aplicar Multa** à empresa Conserge Const. e Serviços Gerais Ltda. (empresa contratada), no valor de **R\$ 8.768,25 (Oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art.308, VI, da Resolução nº 04/2002, pelas impropriedades do item 1.1, que devem ser recolhidos na esfera



ACÓRDÃO Nº 944/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**;

- 10.8. Aplicar Multa** aos responsáveis pela fiscalização e execução dos serviços, **Sr. José Aparecido dos Santos** (ex-gestor), **Sr. Dionízio Maia Bezerra** (autor do projeto basco e fiscal do contrato), **Sra. Fabíola Campelo Spinellis** (fiscal do contrato), e a empresa Conserge Serviços Ltda. (contratada), no valor de **R\$ 21.000,00 (Vinte um mil reais)**, nos moldes do art. 54, III, da Lei nº 2423/96 c/c art. 308, V, da Resolução no 04/2002-TCE/AM, em virtude do alcance constante do item 10.3, deste dispositivo e pelo item 1.1, da fundamentação desta Proposta de Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**;
- 10.9. Determinar** à Secretaria Municipal de Limpeza Pública - SEMULSP:
- 10.9.1.** as próximas despesas da Secretaria tenham as respectivas fundamentações legais, conforme item 2.6 da fundamentação, sob pena de aplicação de multa, no caso de descumprimento;
 - 10.9.2.** os próximos contratos de concessão sejam atendidos o que está disposto na Lei nº 8.987/95, em especial o art. 23, I, que trata sobre a obrigatoriedade de ser estipulado o prazo de concessão no instrumento contratual;
 - 10.9.3.** siga na íntegra o que é na Lei nº 12.035/2010;
- 10.10. Determinar** à Secretaria Geral de Controle Externo que inclua no escopo da próxima comissão de inspeção a apuração da impropriedade do item 3.2, da fundamentação;
- 10.11. Determinar** que seja fixado prazo de **30 (trinta) dias**, para que o **Sr. José Aparecido dos Santos**, assim como os outros apenados, recolham, em benefício dos cofres municipais, o valor inerente à glosa descrita e, em favor dos cofres estaduais, os montantes inerentes às multas aplicadas com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 40, da Resolução nº 04/2002;
- 10.12. Determinar** que seja autorizado, desde já, a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores da condenação, por parte do Sr. José Aparecido dos Santos e dos outros apenados, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei nº 2.423/96 e arts. 169, II,



ACÓRDÃO Nº 944/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

173 e 308, § 6º, todos da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.13. Dar ciência ao Sr. José Aparecido dos Santos e aos outros interessados, assim como para os seus Advogados, caso tenham constituído, sobre o julgamento deste processo.

11. Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12. Data da Sessão: 03 de Outubro de 2017.

13. Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1 Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65, Regimento Interno).

14. Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral